

Entrevista com o Professor Dr. Nabil Araújo

Juliana Cristina Salvadori*

Nabil Araújo é doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor de Teoria da Literatura na graduação e na pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Editor Associado de *Matraga* – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ e coordenador do conselho editorial da Coleção Letras UERJ da EdUERJ. Líder do grupo de pesquisa interinstitucional “Retorno à Poética: imagologia, referenciação, genericidade” (CNPq). Orienta pesquisas de mestrado e de doutorado em Estudos Literários. Publicou diversas obras, dentre elas *O evento comparatista: da morte da literatura comparada ao nascimento da crítica* (EdUEL, 2019) e *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos* (EdUERJ, 2020). Por sua tese de doutorado, recebeu o Prêmio UFMG de Teses, em 2014, e o Prêmio ANPOLL de Teses, em 2016. Seu projeto “Ensino de literatura e desenvolvimento da competência crítica: uma ‘terceira via’ didático-pedagógica” foi premiado pela Fundação Carlos Chagas como a melhor experiência educativa inovadora realizada por docente de Licenciatura em 2014. Por duas vezes, em 2015 e em 2019, foi contemplado com o Prêmio Docência Dedicada ao Ensino Anísio Teixeira, conferido pela Pró-reitoria de Graduação da UERJ. Sua produção acadêmica com enfoque em teoria literária nos levou a convidá-lo a explorar a desleitura como operador conceitual e suas possibilidades para pensar a leitura e o ensino de literatura.

Juliana Salvadori: Retomando o texto de sua autoria, “Desleitura: programa/ performance”, publicado na coletânea *Desleituradas* (2020). Nabil, você escreve seu texto como resposta à questão “o que é desler?” e explora possibilidades a partir de diferentes filiações teóricas: com Barthes, desler é escrever; com Jarrett, é aberrar; com Prigogine, é dissipar; com Derrida, é desvelar. Seu texto aponta que, mais do que “o que” e “como”, devemos atentar para “com quem” desler, como programa/ performance ética de leitura e escrita. Gostaríamos de provocá-lo a revisitar esse texto hoje, em 2022, para pensar: com quem você deslê? E como tal conceito, tomado como programa, pode abrir possibilidades, do ponto de vista teórico-metodológico, para (re)significar ou (re)conceitualizar a relação autor, texto e leitor – ampliando a categoria leitor, considerando leitores profissionais (críticos, tradutores, editores etc.) e leitores comuns, na perspectiva de Virginia Woolf – e, nessa medida, as práticas de leitura na contemporaneidade?

Nabil Araújo: Revisitando o referido texto hoje, parece-me que sua proposição mais importante (e, para mim, permanente) é a de que a chamada “desleitura” equivale, na verdade, a “contraleitura”. Isso fica particularmente claro em minhas considerações iniciais sobre Barthes e em minhas considerações finais sobre Derrida; mais especificamente: sobre Barthes lendo Balzac em *S/Z* e sobre Derrida lendo Platão em “A farmácia de Platão”.

Concluo a certa altura que, depois da célebre leitura barthesiana de “Sarrasine” – ou seja, à luz do incontornável “texto-leitura” de Barthes sobre a narrativa de Balzac –, não poderíamos mais

* Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Bolsa CNPq).

simplesmente ler, mas tão somente *desler* “Sarrasine”: a (re)leitura do texto de Balzac realizando-se, então, em aberta contraposição a uma leitura já instituída do mesmo texto, desenvolvendo-se, assim, ao modo de uma *contraleitura*. Mais do que isso: a própria leitura barthesiana de Balzac é que se revelaria, aí, ela mesma, uma contraleitura de “Sarrasine”, já que performada em oposição a abordagens outras do mesmo texto.

No final do ensaio, propus algo parecido em relação à leitura-escrita derridiana do *Fedro* como uma “aberrância” em face de leituras já existentes do mesmo texto, isto é, como uma *desleitura* da “partitura” platônica (pensando-se na analogia entre leitura e execução musical) com vistas a “novos acordes” (a expressão é do próprio Derrida); a uma nova execução, portanto, da velha partitura, a qual desvelasse, não obstante, pela primeira vez, sonoridades até então ignoradas pelos leitores de Platão. Derrida (diferentemente de Barthes) performa, então, uma consciência aguda dos riscos implicados por essa leitura-escrita que se equilibra no fio da navalha textual entre os dois extremos que permanentemente hão de assombrá-la: o da autoindulgência e o da excessiva prudência do leitor/intérprete em face do texto.

Por essa razão, e para responder mais diretamente às perguntas feitas, é com Derrida, sobretudo, que continuo *deslendo* os textos de que me ocupo criticamente, principalmente por acreditar que essa “consciência desleitoral” em jogo na desconstrução, e tudo o que ela evidencia em termos da complexa relação entre leitor(a), texto e autor(a), implica uma dimensão ética cada vez mais necessária e urgente em face de práticas de leitura na era da “pós-verdade” e das *fake news*.

Juliana Salvadori: Gostaríamos que você comentasse como as concepções de *desler* ou de *desleitura* podem revestir de novas e/ou diferentes significações os termos ler, reler, interpretar, analisar e compreender, escrever, reescrever no exercício cotidiano de produção de teoria, de crítica, de literatura.

Nabil Araújo: Acho que os trabalhos, hoje clássicos, de autores como Barthes e Derrida ilustram bem em que medida a *desleitura/contraleitura* é constitutiva do que de melhor se produziu em termos de teoria e crítica literárias no século XX. Trabalhos como *S/Z* e “A farmácia de Platão” constituem-se de leituras que não se dissociam de um trabalho de escrita (dessa mesma leitura), do trabalho, diria Barthes, de “escrever a leitura” – ou, como diria Derrida, do “gesto desdobrado de ler e escrever” –, que resulta em “textos-leitura”, passíveis, por sua vez, de *contraleituras*.

Infelizmente, essa discursividade teórico-crítica, rotulada como “pós-estruturalista”, tem sido cada vez mais tomada como ultrapassada por um regime discursivo contemporâneo, dito “pós-teórico” e “pós-crítico”, no qual se pretende que a leitura-escrita acadêmica sobre a literatura expresse transparentemente o “lugar de fala” e/ou a “identidade” de quem lê/escreve, perdendo-se, com isso, justamente aquela consciência *desleitoral* fundamental na desconstrução (o próprio termo “desconstrução”, aliás, há tempos vem sofrendo uma distorção semântico-conceitual em função de sua circulação midiática banalizadora).

Juliana Salvadori: A crítica literária habita suas produções, em uma proposta historiográfica que desemboca em um dos seus projetos em andamento, voltado para a constituição de uma pedagogia da crítica “como embasamento e subsídio para uma educação estética contemporânea”, tendo em vista os modos de ensinar literatura. Gostaríamos que você tomasse a crítica ao longo de suas produções para refletir sobre a sua tarefa ou o seu lugar quanto aos modos e práticas de ler, escrever e ensinar leitura de literatura.

Nabil Araújo: A crítica, tal qual a concebo, poderia mesmo ser definida como uma *techné* (arte / técnica) desleitoral. Desler criticamente um texto literário significa lê-lo na contramão de uma outra leitura crítica desse mesmo texto, na perspectiva de um critério divergente de valor. Isso implica, como tenho insistido em meus trabalhos sobre crítica, não haver aí nada como a “aplicação” pura e simples de um critério de valor monologicamente instituído, e sim, antes, a performance de uma escolha: decisão intrinsecamente conflitual, já que relacionada a critérios igualmente aceitáveis, mas não *compatíveis* (na verdade: *mutuamente excludentes*). Critérios igualmente *possíveis*, mas não *compossíveis*: não possíveis *ao mesmo tempo*.

A decisão em jogo no ato crítico diz respeito não apenas ao juízo de gosto em face da obra (“bela” ou “não bela” etc.), mas também, a um só tempo, ao princípio à luz do qual o juízo de gosto se faz possível – princípio, portanto, que não se encontra dado *a priori* e pronto para ser aplicado, mas que deve ser obtido no próprio ato crítico. Este se confunde, na verdade, com tal *obtenção* de princípio, a qual se traduz, em suma, numa decisão entre possibilidades impossíveis de princípios para o juízo de gosto inerente à prática crítica, *decisão em ato*, pois, e, como tal, *radicalmente dissensual*.

Em sua dimensão radicalmente dissensual, o ato crítico não se deixaria reduzir a objeto de transmissão e/ou ensino. Quando muito, poder-se-ia pensar numa pedagogia dedicada a incitar a emergência do ato crítico como evento decisório; numa pedagogia, portanto, dedicada a reverter a prática naturalizada de juízos críticos monológicos, sejam eles “determinantes” ou “reflexivos” (Kant), numa esfera discursiva propícia ao acontecimento de juízos críticos dialógicos (aos quais Derrida chamaria de “juízos inaugurais”).

A isto chamei de pedagogia literária do “como se”, proposta que venho desenvolvendo e aprimorando em projetos e textos diversos dedicados à questão do ensino de literatura.

Juliana Salvadori: Numa visada dos estudos pedagógicos sobre a leitura na esfera escolar, várias pesquisas – as quais não vêm de hoje, particularmente aquelas que têm apostado na explosão das discursividades do mundo contemporâneo, na produção e circulação de discursos e suas diferentes formas de textualização e formulação, na irrupção e dispersão de outros e novos sentidos e saberes – concorrem para problematizar que a instituição escolar ainda tende a circunscrever, delimitar, limitar as leituras de discursos e textos, sejam os da esfera da literatura ou de outros campos discursivos, por exemplo, das ciências naturais, exatas ou das humanidades, elegendo como legítimas ou verdadeiras algumas. Frente a isso, perguntamos-lhe como tomar o ensino de literatura e a formação de leitores, sob tais injunções escolares / pedagógicas, para além da instituição, do institucional, do instituído?

Nabil Araújo: Como sempre insistiu Magda Soares, nome maior dos estudos sobre letramento no país, não há escola sem *escolarização* – de discursos, conhecimentos, saberes, os quais se veem, então, devidamente formalizados em currículos, programas, disciplinas, metodologias: a escolarização é inerente, em suma, à instituição escolar, é o próprio processo, aliás, que a institui e constitui como tal. Desde, pelo menos, *A ordem do discurso* (1971), de Michel Foucault, tem-se estado cada vez mais consciente e vigilante em relação ao modo como as instituições limitam e regulamentam a circulação social dos discursos, o que também se aplica, evidentemente, à escola e à universidade. Mas não se trata aqui, bem entendido, de se “desinstitucionalizar” a leitura literária ou o ensino de literatura, e sim de combater a equivocada pedagogização/ didatização dessas práticas, que acaba por distorcê-las e desvirtuá-las de seus objetivos e metas educacionais.

A adequada escolarização da leitura crítica de textos literários deve ser não anti-institucional, e sim antidoutrinária e antiautoritária, fomentando e resguardando a institucionalização do antagonismo (de critérios, de perspectivas, de posicionamentos) inerente à cultura democrática e à educação para a democracia.